

## **A CONSTITUIÇÃO DA TOTALIDADE URBANA E A BUSCA PELO DIREITO AO ESPAÇO (URBANO)**

**Luciano Peres Martins Lima**

Mestrando em geografia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
lucianopmlima.geo@gmail.com

### **RESUMO**

Hoje podemos afirmar com convicção que estamos passando por de período de transformações espaciais intensas cujos efeitos estão associados diretamente ao processo de urbanização contemporânea. Atualmente a sociedade inteira torna-se urbana. As relações de produção, antes restritas as cidades, ampliam-se numa velocidade sem precedentes e englobam o espaço geográfico como um todo. Diante desta reestruturação urbana, que também envolve a cidade, abre-se uma infinidade de novas perspectivas analíticas ao passo em que estas traduzem um novo paradigma escalar aos processos sociais. Sendo assim, este artigo tem como proposição uma análise do fenômeno urbano em seu marco contemporâneo e seus efeitos espaciais, além de tratar sobre suas representações que simbolizam hegemonias e contra hegemonias. Por esta via, tentaremos estabelecer que no cerne da sociedade urbana encontram-se possibilidades de se pensar um outro espaço urbano. O “direito a cidade” tona-se mais do que nunca o direito ao espaço (urbano).

**Palavras chave:** Urbanização; escala; representação; direito ao espaço urbano

### **THE CONSTITUTION OF URBAN TOTALITY AND THE SEARCH FOR THE RIGHT TO SPACE (URBAN)**

#### **ABSTRACT**

Today we can say with conviction that we are passing through a period of intense spatial transformations whose effects are directly associated with the process of contemporary urbanization. Today, the entire society becomes urban. The relations of production, once restricted to cities, expand at an unprecedented speed and encompass geographical space as a whole. In the face of this urban restructuring, which also involves the city, an infinite number of new analytical perspectives opens up, while these translate a new scalar paradigm into social processes. Thus, this article proposes an analysis of the urban phenomenon in its contemporary framework and its spatial effects, as well as dealing with its representations that symbolize hegemonies and against hegemonies. In this way, we will try to establish that at the heart of urban society there are possibilities of thinking about another urban space. The "right to the city" is more than ever the right to space (urban).

**Keywords:** Urbanization; scale; representation; right to urban space

## **Introdução**

Atualmente é possível afirmar com convicção que o mundo está passando por de período de intensas transformações espaciais cujos efeitos estão associados diretamente ao processo de urbanização contemporânea. Simbolizando esta íntima relação (entre espaço e urbanização) e sua respectiva importância nos dias atuais, Soja (2003, p.138) afirma que “esta pode ser a melhor época para ser um geógrafo urbano”. E decerto continua sendo. A problemática de maior interesse da geografia urbana permanece sendo a questão urbana e seus desdobramentos na configuração de inéditas tendências espaciais no que diz respeito às cidades e seu arranjo metropolitano.

Na era industrial, a qual antecedeu a era urbana, ainda era possível realizar certa delimitação entre porções do espaço geográfico. Por exemplo, a cidade ocupava uma posição claramente diferente da posição do campo. Isto se deve pelo fato da relação entre esses espaços basear-se numa divisão de trabalho clara. Enquanto as cidades estavam focadas na produção e no consumo de mercadorias industrializadas, restava ao campo à tarefa de alimentá-la. O urbano, neste caso, parecia restrito a cidade e aos espaços de produção. Por outro lado, o rural era denominado como não-urbano.

Atualmente a sociedade inteira torna-se urbana. As relações de produção, antes restritas as cidades, ampliam-se numa velocidade sem precedentes e englobam o espaço geográfico como um todo. Há uma mudança qualitativa e quantitativa. Acerca deste assunto Lefebvre (1976) reflete: “Redes e fluxos superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até a troca de símbolos”. Constatação importante: atualmente, as redes desenvolvem-se como fundamentais para esta ampliação do urbano, tanto no que se referem às redes de proximidade territorial (redes de transporte, ou de circulações viária), como as de proximidade relativa (rede de fluxos de informação e comunicação), como aponta Lencioni (2006) em complemento a Lefebvre.

Os estudos urbanos, sobretudo os de matriz crítica, estão alinhados em afirmar que a integração entre os lugares se mostrou uma importante estratégia do capitalismo moderno à medida em que favoreceu possibilidades de trocas a nível global. Há uma generalização da mercadoria que segue uma generalização também do consumo pelo mundo. Tudo se torna imerso na racionalidade da compra e venda, inclusive o solo, a terra. Segundo Lefebvre (2006), teríamos evoluído dos “espaços do consumo” para o “consumo dos espaços”.

Enquanto antes o espaço era a base, na qual as trocas de mercadoria se realizavam, atualmente este também se torna mercadoria e é amplamente integrado ao circuito econômico. Sendo assim, torna-se objeto de apropriação desigual entre as pessoas visto que é obtido mediante o pagamento em dinheiro. Os centros urbanos estão cheios de exemplos simbolizando os desdobramentos disso, principalmente no que se refere à crise da habitação.

É certo que o urbano se instaura sob aparência de sua racionalidade opressiva, como homogêneo e desterritorializador. Contudo a homogeneização constitui-se apenas como tendência, visto que as diferenças persistem e juntam-se a outras criadas. Por outro lado, o urbano institui-se como ponto de encontro, pressupondo a reunião e simultaneidade de ideias e trajetórias, mesmo que muitas vezes desencorajado. O urbano está em tudo, mas se realiza no cotidiano e só por ele pode ser modificado. Desta maneira, conceitos como o de lugar e cotidiano expressam uma escala de análise bastante importante no que tange os desdobramentos urbanos.

Se as informações e a comunicação alcançaram todos os aspectos da vida social o lugar e cotidiano assumem papéis fundamentais. É neles que efetivamente se concretiza o encontro de processos intra e supralocais. As representações do espaço (urbano) aglutinam-se e se desdobram a partir das percepções que delas temos.

Ou o espaço urbano será um espaço de dissociação da sociedade e do social (em caos, em uma massa agitada de movimentos diversos), ou ele será um lugar de reapropriação (da vida cotidiana, do social) (LEFEBVRE, 1986, p. 166).

O lado negativo da urbanização está mais do que posto. Agora resta apenas compreendermos os caminhos que direcionam os aspectos positivos. Conseqüentemente, este artigo tem como proposição uma análise do fenômeno urbano em seu marco contemporâneo e seus efeitos espaciais, além de tratar sobre suas representações (que simbolizam hegemonias e contra hegemonias). Por esta via, tentaremos analisar possibilidades de se pensar um outro espaço urbano. Seguindo esta linha de raciocínio o “direito a cidade” tona-se mais do que nunca o direito ao espaço (urbano).

### **A constituição do urbano e seus desdobramentos espaciais**

Numa primeira aproximação acerca do entendimento do fenômeno urbano devemos ter em mente que seu movimento se realiza sempre numa perspectiva dialética. O urbano apresenta efetivamente uma forma e um conteúdo novo. Porém, isto só ocorre em relação às práticas que o procederam, assim como afirma Lefebvre (1986) “... o urbano as substitui englobando-as, portanto, sem excluídas enquanto momentos históricos”. (LEFEBVRE, 1986, p. 159).

A cidade antiga (*polis*) instituiu a civilidade e a sociedade industrial instituiu a cultura (e a contracultura) da produção e do consumo. Na sociedade urbana a primeira parece ter desaparecido ou está restrita a fragmentos. A segunda continua em curso na urbanização, mas seu conteúdo transforma-se de maneira contundente. Ele já não procede como reprodução dos meios de produção pelo espaço, mas da reprodução das relações sociais de produção pelo espaço, como lembra Lefebvre (1977) em acordo com Marx (1863) sobre a imersão completa ao mundo da mercadoria.

Lefebvre foi um dos teóricos de maior destaque nos estudos urbanos. Ele menciona que na origem da constituição do urbano a cidade (na sua forma tradicional de *polis*) sofre um duplo processo de “implosão-explosão” como resultado de uma tendência do espaço social a uma concentração e à dispersão. (Lefebvre, 1970 e 1986) declara “Aqui há necessidade de uma distinção; o urbano é algo maior que a cidade. O urbano nasce da explosão da cidade e a modifica posteriormente. ” Frente a esta constatação, Hiernaux

(2006) reitera a respeito da impressão de que todo o conhecimento que a humanidade acumulou acerca da cidade e do urbano parecem estar se erodindo sob a emergência de novos conceitos e teorias.

Em prol desta renovação muitos autores enfatizarão que este processo de transformação urbana (que se iniciou no final do século XX) deve ser compreendido à luz da globalização. Segundo Borja e Casttels (2004), um dos principais motivos foi à crescente integração e informatização dos processos de produção, distribuição e gestão do capitalismo pelo mundo.

Todavia, é necessário considerar o pensamento de Borja e Casttels (2004) de que: “os efeitos sócio-espaciais desta articulação variam segundo os níveis de desenvolvimento dos países, sua história urbana, sua cultura e suas instituições”. Por isto, a relação entre os lugares, dentro da rede urbana, se dará sempre por meio de níveis de diferenciação e hierarquização. Assim, o urbano generalizado se faz contínuo numa determinada escala ao passo em que produz discontinuidades que serão verificadas na configuração dos lugares. Por exemplo, algumas cidades, dentro de um conjunto, irão ter maior destaque em relação a outras no que tange as atividades urbanas.

Surgem assim, relações hierárquicas inéditas nas quais os espaços das chamadas “cidades globais”<sup>1</sup> são os pontos centralizadores de poder em relação as demais. Por quê? Porque, segundo Mongin (2010): “a cidade global corresponde a um território mais o menos artificial que concentra, delimita e circunscreve as instituições indispensáveis ao sucesso econômico global”. Sendo assim, há um processo hierárquico de relação horizontal no espaço urbano o qual privilegia a conexão entre cidades globais no mundo e uma hierarquia vertical tanto entre essas cidades globais como destas em relação as não globais, localizadas normalmente em suas adjacências metropolitanos.

Mongin (2010) fala da constituição de uma “economia de arquipélagos” para expressar tal polarização instituída na relação entre cidades que denotam centralidade de serviços e funções de comando. O autor complementa sua metáfora sobre os arquipélagos afirmando que entre eles o ambiente aquático

---

<sup>1</sup> SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

reforça a ideia de relações fluidas, sujeitas a mudanças, mas também a adaptações rápidas.

Apesar de preferirmos outras expressões para representar a constituição das redes urbanas na atualidade, Mongin (2010) ratifica que o processo de urbanização se institui pelo duplo caráter de fixidez e fluidez. Numa relação dialética, os fixos e os fluxos agem na modificação espacial e criam novas condições ambientais e sociais. Uma outra configuração espacial se expressa em desdobramento com outro par dialético marcante na atualidade: a combinação entre dispersão e concentração das metrópoles.

A imagem de metrópoles espalhadas e de limites de difícil apreensão (característica marcante na atualidade) é testemunho de que a urbanização produziu uma aglomeração difusa, criando conurbações entre as cidades e se expandindo para áreas metropolitanas, criando por fim, novas áreas periurbanas. Efetua-se um processo de regionalização urbana associado à integração entre cidades, no qual a metrópole desempenha um poder de liderança dentro deste conjunto, ela: concentra capital, pessoas, renda, serviços e trabalho qualificado, como também centraliza o poder, exprimindo uma posição privilegiada para a gestão e controle do capital. A principal distinção com relação ao passado é que aquela “cidade coesa” (de limites bem definidos) se desfez dando lugar a um conjunto de cidades interconectadas por atividades urbanas. Assim segundo Lencioni (2008), o que se tornou disperso foi à forma assumida pela aglomeração urbana atual.

Muitos autores da atualidade, destaque para Stoper, Soja (2013), Agnew, Scott (2001) e Lencioni (2006), vão entender as regionalizações urbanas (formadas pelo processo crescente de integração entre as cidades) como “cidade-região” ou “cidades regiões globais”. A respeito da “cidade-região” Lencioni (2006, p.71) afirma:

[...]revela o desenvolvimento de um novo arranjo territorial que se constitui numa manifestação sócio-espacial do capitalismo contemporâneo e se expressa num paradigma para se pensar a nova escala de processos e relações sociais. (LENCIONI, 2006, p. 71).

Na ideia contida na citação acima, Lencioni (2006) propõe uma reflexão sobre a “cidade-região” enquanto nova escala de processos sociais, a medida

em que esta suplanta as antigas relações estabelecidas entre o local, regional e global. Com isto, a teoria social crítica, em conjunto com movimentos sociais, renova também as articulações entre escalas, seja como como novos enquadres de gestão governamental ou até mesmo como base para reivindicações de natureza ampla.

### **As representações do espaço e o direito ao urbano**

Atualmente o espaço urbano se revela como lócus para novas relações sociais a medida em que impõe transformações nas mais variadas escalas de produção da vida. Em um processo de mudanças a nível global, não só são englobadas as formas concebíveis, ligadas às novas formas de planejamento (estratégico) urbano e de reordenamento territorial, mas também aquelas ligadas à escala dos indivíduos: os costumes, hábitos, preocupações e idealizações, isto é, aquilo que reside no âmbito do vivido, tanto no campo da ação como no campo do pensamento.

Há então uma tensão dialética que segue acirrada regendo o percurso da urbanização na atualidade: o urbano produzido enquanto um elemento estratégico de ordenamento territorial, ligado à lógica de reprodução ampliada do capital e o urbano efetivamente vivido e vinculado à prática social, como expressão da possibilidade ao encontro, onde reúnem-se múltiplas trajetórias sociais estabelecidas por vínculos afetivos e de experimentação pessoal.

Enquanto o primeiro está relacionado a um processo relacionado a homogeneização do espaço, o segundo expressa a diversidade real da produção do espaço. Sendo assim, pode-se indagar de início, como nos lembra Lefebvre (1976), que o processo de urbanização atual, ao instalar-se no mundo como um todo, nos apresenta tanto o seu lado hegemônico, associado a fase do capitalismo moderno, como as possibilidades contra hegemônicas.

Segundo Santos (1994), o espaço torna-se ao mesmo tempo uma condição, um limite e um convite à ação. Se o espaço geográfico se encontra em sua totalidade (mas em diferentes níveis) urbanizado, o urbano torna-se condição, um convite e um limite à ação. Assim, é preciso decodificá-lo enquanto aspecto negativo para então descobri-lo enquanto força de mudança.

Deste modo, partimos da ideia Lefebvre (1976) quando este reflete: “a problemática do espaço, pertence à problemática do urbano e à sua ciência, por conseguinte, a uma problemática ainda vasta, a da sociedade global”.

Ao fazermos uma análise diferencial do espaço urbano, ao qual se contemplem as diferentes lógicas sociais, certamente escapamos daqueles procedimentos analíticos que insistem em constatar somente os processos de homogeneização. Logo, as mazelas que constituem o lado perverso da urbanização fornecem também as instabilidades do sistema ao tempo legitimam a crítica a ele. Acerca desta análise Harvey (2011, p.183) afirma: “Quanto mais prolongadas forem a incerteza e a miséria, maior será o questionamento em torno da legitimidade do atual modo de fazer negócios e maior será a demanda para constituir algo diferente”.

Já é mais do que sabido que modelo de desenvolvimento urbano atual têm falhado com a maioria dos habitantes das cidades em lhes conferir uma vida urbana digna. Por esta razão, os movimentos sociais urbanos (o que confere uma ampla escala de abrangência) devem agrupar-se em prol de um movimento de mudança no padrão urbano predominante, a fim de pautar questões como a equidade urbana, a inclusão social, a participação política e o direito efetivo ao espaço urbano, incluindo aí a busca por outra organização de cidade. A reflexão acerca destas problemáticas se constitui como ponto fundamental sob o qual os movimentos sociais devem se debruçar. O conceito de espaço torna-se mais importante do que nunca.

Assim, encarado como produto e produtor das relações sociais o espaço irá materializar-se como um elemento em constante disputa entre indivíduos. Isto ocorre porque, ao ser produzido sob determinado aspecto, o espaço institui certos condicionamentos a uma direção social, sejam eles de utilidade coletiva ou privatista.

Por isto, o desenvolvimento capitalista e seu respectivo espaço produzido, ao direcionarem a população a um movimento repetitivo, uniforme e repressivo, no qual a realização do capital é o principal objetivo, reforçam a

construção de outras espacialidades alternativas, ligadas principalmente a escala do lugar.

Ao ser produzido o espaço revela-se como intenção, ou seja, se torna um meio para um determinado fim. Todavia, nem sempre esta intenção se transparece. Isto porque o espaço não é composto apenas por formas materiais, mas também por representações e discursos que tornam certos aspectos ocultos de nossa percepção. A respeito deste pensamento Ferreira (2017) afirma:

Convém afirmarmos que o espaço como constructo social, ou seja, socialmente produzido, refere-se à estrutura, que define as determinações do modo de produção, mas refere-se também, simultaneamente, à ação dos atores e agentes locais em associação com grupos de ação muitas vezes de âmbito global. Nesse sentido, o espaço produzido pode contribuir mais para ocultar do que revelar. Isso porque, em geral, não desvela imediatamente o processo de sua produção (tal qual a mercadoria). É necessário que investiguemos as inúmeras codificações sobre as quais se assenta o espaço produzido e como os atores e agentes produtores colaboram, simultaneamente, para ocultar sua decodificação. A afirmação de que o espaço é socialmente construído não significa a negação de que ele esteja centrado na materialidade do mundo". (FERREIRA, 2017).

O que Ferreira (2016) aponta é: não devemos tomar as espacialidades produzidas como algo dado com fim em si mesmo. Na verdade, deve-se refletir sobre o que sustenta tais organizações espaciais. Isto é, deve-se pensar a respeito daquilo que está oculto na dimensão estética e potencialmente visível nos processos essenciais nos quais a temporalidade e a espacialidade, vividas pelos indivíduos, revelam a assimetria dos poderes sociais em disputa.

O espaço emerge como meio estratégico e deve ser encarado também pelos indivíduos que não se veem respaldados pelo atual modelo. A ideia de "direito a cidade" proposta em diversos estudos por Henri Lefebvre faz-se necessária visto que engloba também o direito ao espaço (urbano). Neste sentido, não devemos nos contentar somente com o direito a opinião e ao voto, como forma de participação na vida urbana. A respeito do direito Lefebvre (1986, p.171) reflete "... o direito dos "usuários" de se pronunciar sobre o espaço e o tempo de suas atividades no território urbano. " Aqui, as práticas sociais localmente realizadas são de total fundamentação nesta busca. Acerca desta afirmação Harvey (2012) afirma:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p.74).

Assim, o direito a cidade ou o direito ao espaço (urbano) deve incidir simultaneamente em múltiplas escalas começando pelo bairro, pela rua, ou pela praça. Estes, segundo Freitas e Ferreira (2011) “constituem o lugar da vida de todos os dias, onde as pessoas realizam suas trocas diárias e onde são construídos os elos e os sentimentos de pertencimento à comunidade e à vizinhança”. Por isto, o cotidiano construído pela vivencia espacial torna-se um ponto de origem a qualquer insatisfação social, ao tempo em que a construção de alternativa pode ser facilitada pela relação de solidariedade entre as pessoas.

Outro aspecto complementar ao primeiro seria a busca de unificação entre essas lutas localmente desenvolvidas. Aquilo que Harvey (2004) chamaria de “nexos aglutinadores” entre os movimentos sociais. Quanto ao elemento de integração, este seria alocado nas insatisfações de semelhante natureza cujo a origem estaria associada as reivindicações de caráter amplo, isto é, as contradições urbanas de expressão global. Por isso Lefebvre (1999) estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo.

### **Considerações finais**

Pode-se afirmar que um fato marcante do período atual é a percepção do tempo como mais acelerado e da nossa falta de controle sobre isto. A verdade é que hoje estamos condicionados a apreender e nos adequar as

novas modalidades rítmicas da vida. Isto ocorre sobre o pretexto de que assim, estaremos adequados ao padrão de desenvolvimento.

Isto se sucede, seja em cidades médias, grandes ou em áreas rurais, pelo fato de que a urbanização hoje, se expressa em nível global. A urbanização constitui-se como uma totalidade composta por fragmentos em constante tensão dialética, na qual a integração e a desintegração são partes constitutivas do mesmo processo. Por sua vez, os aspectos espaciais já imbuídos deste movimento contraditório expressam-se numa forma concentrada e dispersa. Grandes conglomerados urbanos se formam em designação ao que foi chamado conceitualmente de “cidade-região” ou “cidades regiões globais”.

Diante desta reestruturação urbana, que também envolve a cidade, abre-se uma infinidade de novas perspectivas analíticas ao passo em que estas traduzem um novo paradigma escalar aos processos sociais. Os vínculos entre as escalas geográficas não são mais os mesmos de antes. A simultaneidade da vivência em diferentes escalas já é um fato marcante do presente.

Assim, este processo de “reescalonamento da questão urbana”, como simboliza Brenner (2014), deve também ser englobado a teoria social crítica como na agenda dos movimentos sociais contemporâneos. A natureza reivindicatória dos clamores a uma cidade inclusiva (em todos os aspectos) deve encontrar-se naquilo que as une, ou seja, no urbano enquanto totalidade social. Dentro desse arranjo, as localidades tomadas como escala da vida e do cotidiano materializam as totalizações a partir de um intercâmbio entre o que vem de cima e aquilo que vem de dentro; das mentes e dos corações. Institui-se uma dialética em que a reprodução e a superação são faces constituintes de uma mesma origem.

## **Referências bibliográficas**

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. *El impacto de La era da informacion sobre la estructura social y espacial de las informaciones*. In: Local y Global. El impacto de La era da informacion sobre la estructura social y espacial de las informaciones, Madrid: Taurus/Pensamiento, 2004, p. 35-74.

BRENNER, N. *Reestruturação, reescalamento e a questão urbana*. Geosp: espaço e tempo, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

FERREIRA, A. *Dominação e apropriação no espaço social: entre a ordem próxima e a ordem distante*. Anais do Encontro da UGI, 2007 – Buenos Aires

FREITA, Tânia & FERREIRA, Cleison. *A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF*. In: Anais do primeiro do I circuito de debates acadêmicos, 2011.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. In: HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso 2012.

LEFEBVRE, Henri. Lo urbano. In: LEFEBVRE, Henri. *La retour de La dialectique: 12 mots clef Le monde modern*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

\_\_\_\_\_. Espaço e política. Belo horizonte: UFMG, 2008. In: LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: El derecho a La ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.

\_\_\_\_\_. A forma urbana. In: *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*. In FORACCHI, Maria Mencarini, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

\_\_\_\_\_. El urbanismo de hoy. Mitos y realidades. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo rural alo urbano*. Barcelona: Península, 1970.

LEFEBVRE, Henri. In: Espaço e política. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008 (El espacio. In: Henry Lefebvre. *Espacio y política: El derecho a La ciudad* II Barcelona: península, 1976).

LENCIONI, Sandra. *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões*. In: Panorama da Geografia Brasileira I. São Paulo: Annablume, 2006, v. I, p. 65-76.

MONGIN, Oliver. *O arquipélago e o megalopolitano mundial e a explosão da metrópole*. In: A condição urbana. A cidade na era da globalização. São Paulo. Editora Estação Liberdade, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. – São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, A., AGNEW, J., SOJA, E. e STORPER, M. *Cidades-regiões globais*. *Espaço & Debates*. Ano XVIII, 2001, no. 41, pp. 11-25.

SOJA E. *Para além da post-metropolis*. In: Revista UFMG. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136 – 167, 2013.